



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
**PRESIDÊNCIA DO GOVERNO**

Gabinete da Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares

Email: [assuntosparlamentares@alra.pt](mailto:assuntosparlamentares@alra.pt)

Exmo. Senhor  
Chefe do Gabinete de  
Sua Excelência a Presidente da  
Assembleia Legislativa da Região  
Autónoma dos Açores  
Rua Marcelino Lima  
9901-858 Horta

Sua referência	Sua Comunicação	Nossa referência	Nº Processo	Ponta Delgada
		SRAPAP – Sai 244/2016		04-05-2016

**ASSUNTO: REQUERIMENTO 550/X - MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PLANO DE ORDENAMENTO DA ORLA COSTEIRA DA ILHA DO PICO**

*Exmo. Senhor,*

Em resposta ao requerimento referido em epígrafe, subscrito pelo Senhor Deputado Paulo Estêvão, da Representação Parlamentar do Partido Popular Monárquico, sem prescindir quanto ao teor dos considerandos, encarrega-me S. Exa. a Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares de remeter os relatórios de avaliação de usos e atividades seguintes:

- POOC Pico (2012);
- POOC Pico (2012-2014).

Com os melhores cumprimentos, *e consideração*

A Chefe do Gabinete,

Rafaela Seabra Teixeira

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada <b>1277</b>	Proc. n.º 54.07.06
Data: 06/05/04	N.º 550/X

POOC

# PICO

AVALIAÇÃO DOS USOS E ATIVIDADES





## Índice

1. Introdução .....	5
2. Enquadramento legal.....	7
3. Base de Dados Georreferenciada para o Litoral da RAA .....	9
4. Análise dos usos e atividades .....	11
5. Notas conclusivas .....	21
6. Anexos.....	23





## 1. Introdução

O presente relatório tem como principal objetivo proceder a uma análise do Plano de Ordenamento da Orla Costeira da Ilha do Pico [POOC Pico], aprovado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 24/2011/A, de 23 de novembro, nomeadamente à sua área de intervenção.

A referida análise incide essencialmente na verificação dos principais usos e atividades que ocorreram na área de intervenção daquele plano especial de ordenamento do território, o penúltimo plano desta tipologia a ser aprovado na Região, com o intuito de perceber a evolução ocorrida ao longo do seu primeiro ano de implementação.

Este relatório pretende constituir um contributo interno para o processo de avaliação dos planos de ordenamento da orla costeira em vigor nos Açores.



## 2. Enquadramento legal

De acordo com o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial dos Açores [RJIGT.A], aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 35/2012/A, de 16 de agosto, a avaliação e monitorização do ordenamento do território da Região é da responsabilidade do departamento do Governo Regional competente em matéria de ordenamento do território. O referido diploma determina, ainda, que as entidades responsáveis pela elaboração dos instrumentos de gestão territorial promovem a permanente avaliação da adequação e concretização da disciplina consagrada nos mesmos.

Acrescenta-se, ainda, que o próprio diploma de aprovação do POOC Pico, o Decreto Regulamentar Regional n.º 24/2011/A, de 23 de novembro, estipula a necessidade de realização de ações de avaliação e monitorização da sua implementação.

É neste sentido que a Direção Regional do Ambiente [DRA] elaborou o presente documento relativo à análise dos usos e atividades ocorridos na área de intervenção do POOC Pico durante o ano de 2012.





### 3. Base de Dados Georreferenciada para o Litoral da RAA

A análise dos usos e atividades constante do presente relatório teve como principal ferramenta de trabalho a Base de Dados Georreferenciada para o Litoral da Região Autónoma dos Açores [BD\_Litoral], disponível no Sistema de Monitorização do Ordenamento do Território [SMOT], em <http://servicos.srrn.azores.gov.pt/smot/>.

A BD\_Litoral, concebida em 2011, constitui uma base de trabalho de grande utilidade, quer para as questões relacionadas com a avaliação e monitorização do ordenamento do território dos Açores, em particular com a orla costeira das ilhas, quer para a gestão diária da área de intervenção dos planos de ordenamento da orla costeira em vigor na Região, uma vez que constitui um repositório de informação geográfica e alfanumérica relativa aos usos e atividades que aí se realizam.

Tal como referido no separador "Bases de Dados" do SMOT, a BD\_Litoral tem como principal objetivo armazenar e disponibilizar informação relativa aos processos inseridos na área de intervenção dos planos de ordenamento da orla costeira em vigor e que constam do arquivo físico e digital da DRA.

Na Tabela 1, apresentam-se todos os processos constantes da BD\_Litoral, por ilha e por tipologia, desde abril de 2006 [data de criação do Sistema de Gestão de Correspondência da DRA] até dezembro de 2012 [data da última atualização da base de dados].

Importa ressaltar que com a criação da Direção Regional do Assuntos do Mar em 2012, a qual tem também competências na orla costeira, é possível que hajam processos relativos a usos e atividades realizados no litoral das ilhas que não tenham dado entrada na DRA e, como tal, não foram inseridos e contabilizados na BD\_Litoral.

Tabela 1. Processos constantes da BD\_Litoral, por ilha e por tipologia, entre abril de 2006 e dezembro de 2012.

Tipologia de processos   Ilha	COR	FLO	FAI	PIC	SJO	GRA	TER	SMA	SMG		Total
									Costa Sul	Costa Norte	
Atividades de Recreio e Lazer e Eventos	0	0	0	6	1	2	6	12	20	17	65
Avaliação de Impacte Ambiental	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	2
Explorações Agrícolas	0	0	1	2	1	2	7	1	22	11	47
Planos de Gestão Florestal e Cortes de Arvoredo	0	2	3	20	1	0	0	0	17	7	50
Venda Ambulante	0	2	2	16	5	0	1	8	1	5	40
Destaques	0	0	0	1	0	1	0	0	11	0	13
Loteamentos Urbanos	0	2	1	4	13	3	4	14	53	48	142
Trabalhos de Remodelação de Terrenos	0	1	0	2	0	0	0	5	26	11	45
Empreendimentos Turísticos	0	4	5	14	11	1	5	3	13	9	65
Edificações	1	23	34	123	139	65	86	105	271	174	1 021
Explorações de Inertes	0	0	3	6	2	2	5	8	4	6	36
Indústria	0	4	24	45	5	21	20	2	50	56	227
Resíduos e Aterros	3	0	5	8	3	3	1	1	1	0	25
Zonas Balneares	0	2	8	38	7	9	28	16	59	42	209
Equipamentos	1	10	0	1	6	0	1	0	11	12	41
Requalificação Urbana e Ambiental	0	7	2	19	4	1	7	0	14	14	68
Infraestruturas	9	13	8	42	17	10	43	30	93	58	323
Outros	0	1	1	6	4	0	0	2	8	11	33
<b>TOTAL</b>	<b>14</b>	<b>71</b>	<b>97</b>	<b>353</b>	<b>219</b>	<b>120</b>	<b>214</b>	<b>207</b>	<b>675</b>	<b>482</b>	<b>2 452</b>

A propósito da tabela acima mencionada, considera-se importante referir a validação dos dados referentes à ilha do Pico efetuada aquando da elaboração do presente documento.

#### 4. Análise dos usos e atividades

Conforme referido, o presente relatório tem como principal objetivo perceber os principais usos e atividades ocorridos na orla costeira da ilha do Pico ao longo do ano de 2012, o primeiro ano após a sua aprovação.

Durante esse ano, salienta-se que deram entrada na DRA 116 pedidos de parecer com incidência na área de intervenção do POOC Pico.

##### **Tipologia dos pedidos de parecer inseridos na área de intervenção do POOC Pico**

Analisando a tipologia dos processos que deram entrada na DRA no ano de 2012 [Gráfico 1], verifica-se que a grande maioria corresponde a “edificações” [43]. Por oposição, as tipologias menos solicitadas naquele ano dizem respeito a “explorações de inertes”, “explorações agrícolas”, “loteamentos urbanos” e “trabalhos de remodelação de terrenos” [1 pedido de parecer cada] e “atividades de recreio e lazer e eventos”, “venda ambulante” e “outros” [2 pedidos de parecer cada].

Relativamente às restantes tipologias, verifica-se que foram solicitados no ano em análise 18 pedidos de parecer no âmbito das “infraestruturas”, 16 pedidos de parecer no âmbito dos “planos de gestão florestal e cortes de arvoredo”, 8 pedidos de parecer no âmbito das “zonas balneares” e 7 pedidos de parecer no âmbito de cada uma das seguintes tipologias: “empreendimentos turísticos”, “indústria” e “requalificação urbana e ambiental”.

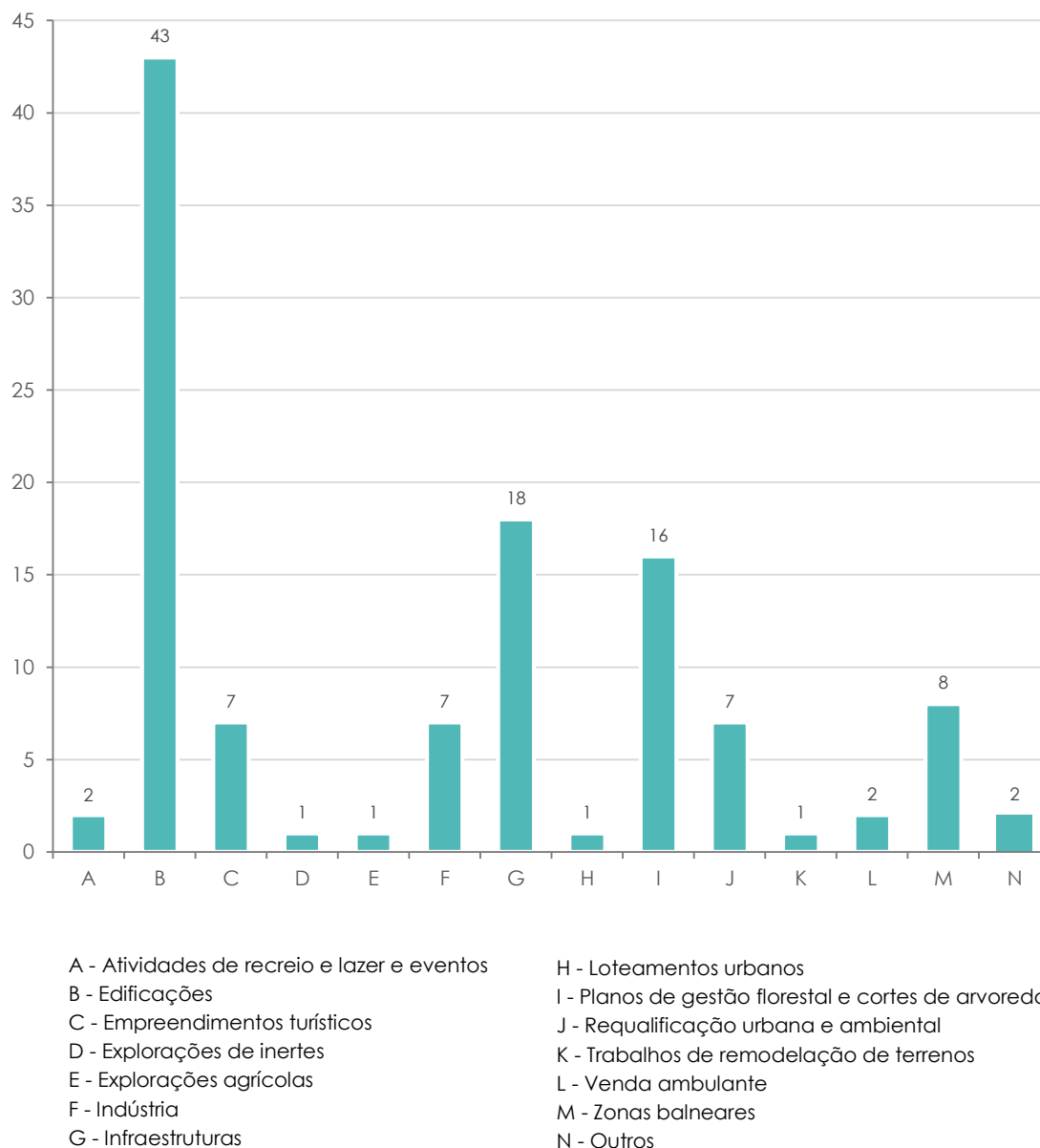


Gráfico 1. Número de pedidos de parecer inseridos na área de intervenção do POOC Pico, por tipologia, no ano de 2012.

No caso concreto da tipologia de parecer mais solicitada, as “edificações”, há a salientar pedidos de construção (incluindo casas de veraneio), reconstrução, conservação, ampliação, demolição e recuperação de moradias, de construção de garagens, armazéns, edifícios de apoio e alpendres, bem como pedidos de construção, recuperação e ampliação de adegas.

## Resultado dos pedidos de parecer inseridos na área de intervenção do POOC Pico

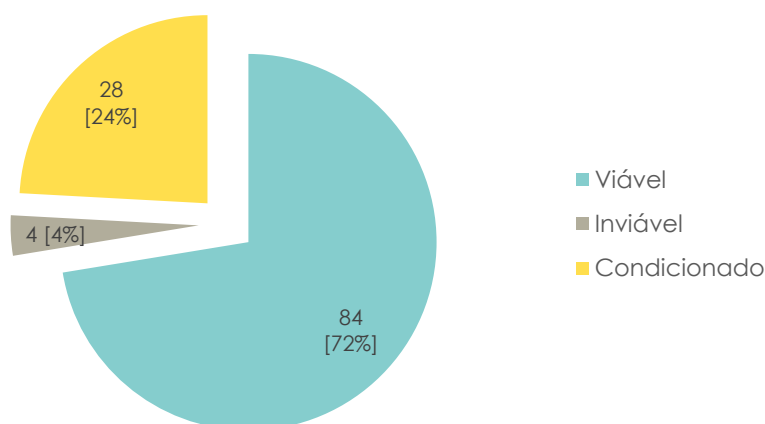


Gráfico 2. Resultado dos pedidos de parecer inseridos na área de intervenção do POOC Pico no ano de 2012.

Em termos de resultado dos pedidos de parecer efetuados, verifica-se, conforme apresentado no Gráfico 2 que no ano de 2012, a grande maioria dos pareceres emitidos pela DRA na área de intervenção do POOC Pico foi positiva [84], tendo 28 processos sido condicionados e apenas 4 sido inviabilizados e que corresponderam às tipologias “infraestruturas”, “indústria” e “planos de gestão florestal e cortes de arvoredo”.

No caso dos 2 processos relativos à tipologia “infraestruturas”, salienta-se que a inviabilização de um deles se prendeu com a falta de disponibilidade financeira para proceder à recuperação e construção de um muro e a inviabilização do outro teve a ver com o facto de o pedido de autorização para ampliação de infraestruturas de comunicações eletrónicas estar relacionado com uma moradia ilegal.

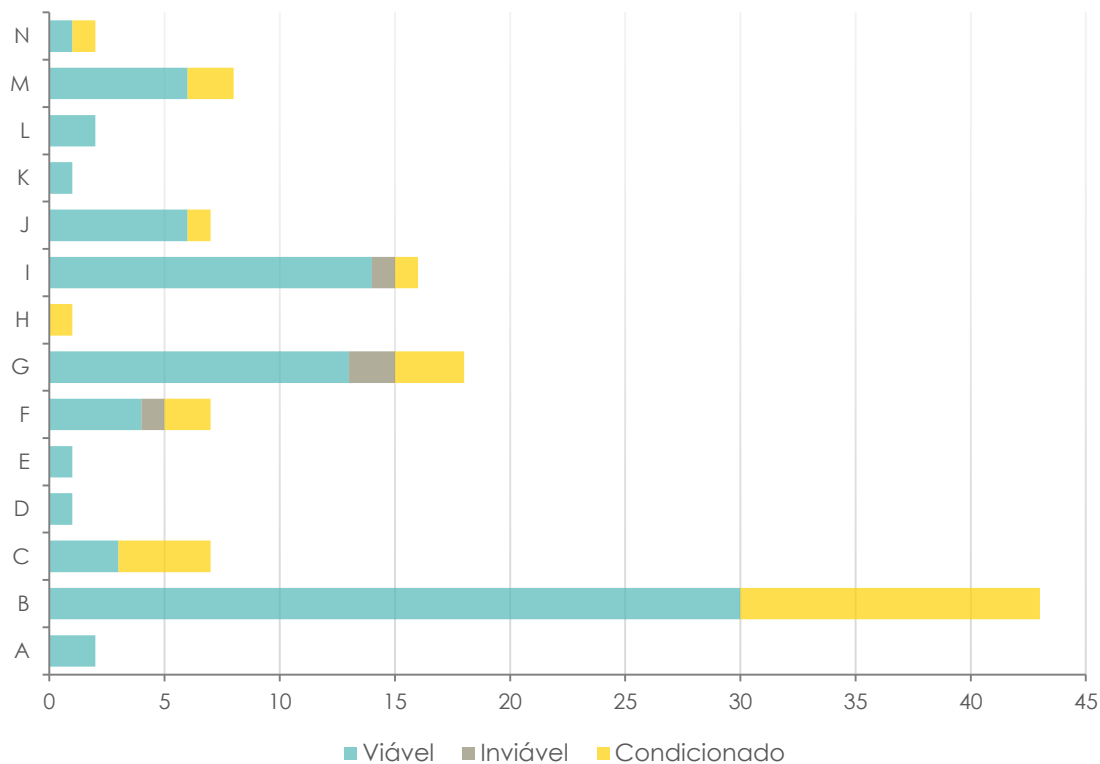
Já o único processo inviabilizado na tipologia “indústria” teve como base a não autorização da descarga de efluentes no subsolo, sem qualquer tratamento, no âmbito da desativação da Estação de Tratamento de Águas Residuais de uma unidade industrial de leite e derivados.



Por fim, e no que respeita ao processo inviabilizado no âmbito da tipologia “planos de gestão florestal e cortes de arvoredo”, salienta-se que o pedido de autorização para corte de arvoredo não foi autorizado por se tratar de espécies com estatuto de proteção e pelo impacte negativo que iria criar sobre a perenidade dessa espécies e sobre o equilíbrio natural do local.

Se completarmos a informação apresentada nos gráficos anteriores com a informação constante do Gráfico 3 verifica-se que no ano de 2012, os pedidos relativos às tipologias “atividades de recreio e lazer e eventos”, “explorações de inertes”, “explorações agrícolas”, “trabalhos de remodelação de terrenos” e “venda ambulante” foram todos viabilizados. Por seu turno, dos 18 pedidos de parecer à tipologia “infraestruturas”, 13 foram viabilizados, 3 foram condicionados e 2 foram inviabilizados. Dos 16 pedidos de parecer que deram entrada na DRA relativamente à tipologia “planos de gestão florestal e corte de arvoredo”, 14 foram positivos, 1 foi condicionado e outro foi inviabilizado e dos 7 pedidos de parecer referente à tipologia “indústria”, 4 foram positivos, 2 foram condicionados e 1 foi negativo.

Relativamente às restantes tipologias, destacam-se as “edificações” com 30 pedidos de parecer viabilizados e 13 condicionados, os “empreendimentos turísticos” com 3 pedidos de parecer positivos e 4 condicionados, a “requalificação urbana e ambiental” com 6 pedidos de parecer viabilizados e 1 condicionado, as “zonas balneares” também com 6 pedidos de parecer viabilizados e 2 condicionados e a tipologia “outros” com 1 pedido de parecer positivo e outro condicionado. Por último, referem-se os “loteamentos urbanos” com o seu único pedido de parecer condicionado.



- |   |   |
|---|---|
| A - Atividades de recreio e lazer e eventos | H - Loteamentos urbanos                             |
| B - Edificações                             | I - Planos de gestão florestal e cortes de arvoredo |
| C - Empreendimentos turísticos              | J - Requalificação urbana e ambiental               |
| D - Explorações de inertes                  | K - Trabalhos de remodelação de terrenos            |
| E - Explorações agrícolas                   | L - Venda ambulante                                 |
| F - Indústria                               | M - Zonas balneares                                 |
| G - Infraestruturas                         | N - Outros  |

Gráfico 3. Resultado dos pedidos de parecer, por tipologia, inseridos na área de intervenção do POOC Pico no ano de 2012.

Considera-se, também, importante referir que em momento anterior à aprovação do POOC Pico, de acordo com a BD\_Litoral e respetiva Tabela 2, entre abril de 2006 [data de criação do Sistema de Gestão de Correspondência da DRA] e dezembro de 2011, deram entrada na DRA 237 pedidos de parecer.

As tipologias de parecer mais solicitadas nesses cinco anos anteriores à publicação do POOC foram as “edificações” [80], a “indústria” [38], as “zonas balneares” [30] e as “infraestruturas” [24]. Por oposição, as tipologias menos solicitadas foram os “destaques”, os “equipamentos”, as “explorações agrícolas” e os “trabalhos de remodelação de terrenos” [cada tipologia com

apenas 1 pedido de parecer], bem como os “loteamentos urbanos” [3], as “atividades de recreio e lazer e eventos”, os “planos de gestão florestal e corte de arvoredo” e os “outros”, com 4 pedidos de parecer cada, e as “explorações de inertes” [5].

Para além disso, salienta-se a “venda ambulante” com 14 pedidos de parecer, a “requalificação urbana e ambiental” com 12, os “resíduos e aterros” com 8 e os “empreendimentos turísticos” com 7 solicitações.

Acrescenta-se, ainda, também de acordo com a Tabela 2, que até à aprovação do POOC Pico a maioria dos pedidos de parecer foram viabilizados [126], tendo sido condicionados 85 processos e inviabilizados 26 pedidos de parecer no litoral da ilha do Pico.

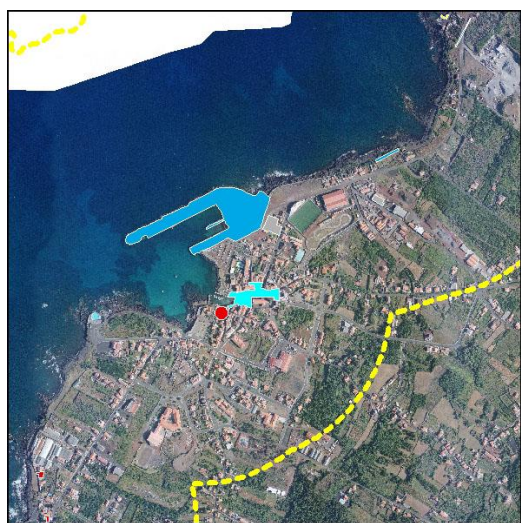
No que concerne à tipologia de parecer mais solicitada, as “edificações”, verifica-se que antes da entrada em vigor do POOC Pico, 43 pedidos de parecer foram positivos, 19 foram condicionados e 18 foram inviabilizados. Destes últimos, destacam-se diversos pedidos de construção de moradias em área de domínio público marítimo e em área de reserva ecológica. Para além disso, foram indeferidos pedidos de construção de adegas em área com existência de flora protegida e, ainda, pedidos de construção de moradias que não se enquadram nos pressupostos e regras urbanísticas definidas na proposta do POOC Pico, embora esta ainda não estivesse em vigor.

Tabela 2. Pedidos de parecer, por tipologia e resultado, na ilha do Pico, entre abril de 2006 e dezembro de 2011.

Tipologia de processos	Viável	Inviável	Condicionado	TOTAL
Atividades de Recreio e Lazer e Eventos	4	-	-	4
Avaliação de Impacte Ambiental	-	-	-	0
Explorações Agrícolas	-	-	1	1
Planos de Gestão Florestal e Cortes de Arvoredo	2	-	2	4
Venda Ambulante	13	-	1	14
Destques	-	-	1	1
Loteamentos Urbanos	1	2	-	3
Trabalhos de Remodelação de Terrenos	-	-	1	1
Empreendimentos Turísticos	4	1	2	7
Edificações	43	18	19	80
Explorações de Inertes	1	1	3	5
Indústria	16	-	22	38
Resíduos e Aterros	3	1	4	8
Zonas Balneares	24	-	6	30
Equipamentos	-	-	1	1
Requalificação Urbana e Ambiental	5	1	6	12
Infraestruturas	10	2	12	24
Outros	-	-	4	4
<b>TOTAL</b>	<b>126</b>	<b>26</b>	<b>85</b>	<b>237</b>

## Espacialização dos pedidos de parecer inseridos na área de intervenção do POOC Pico

Nas figuras seguintes é possível observar a localização de alguns dos pedidos de parecer com incidência na área de intervenção do POOC Pico e que deram entrada na DRA no ano de 2012.



- Área de intervenção
- Edificações
- Infraestruturas
- Requalificação urbana e ambiental
- Indústria

Figura 1. Madalena



- Área de intervenção
- Empreendimentos turísticos
- Infraestruturas
- Planos de gestão florestal e cortes de arvoredo
- Venda ambulante

Figura 2. Madalena/ Candelária/ Pocinho










-  Área de intervenção
-  Atividades de recreio e lazer e eventos
-  Exploração de inertes
-  Requalificação urbana e ambiental
-  Zonas balneares

Figura 3. Madalena/ São Caetano





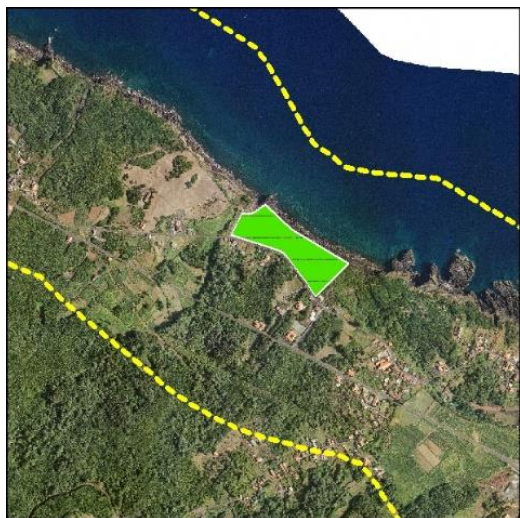
-  Área de intervenção
-  Trabalhos de remodelação de terrenos

Figura 4. Lajes do Pico/ Ribeiras/ Ribeira Grande





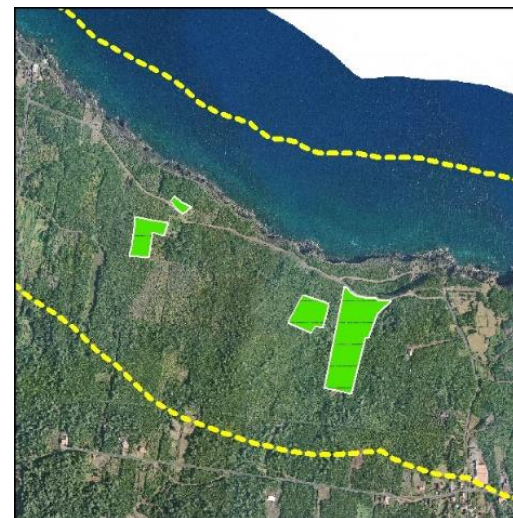
-  Área de intervenção
-  Planos de gestão florestal e cortes de arvoredo

Figura 5. São Roque do Pico/ Santo António/ Ginjal





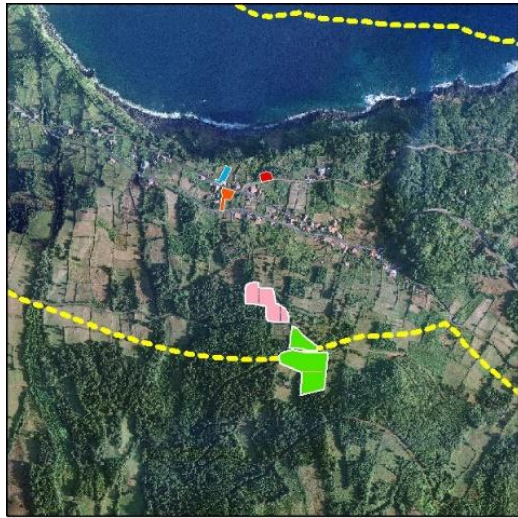
-  Área de intervenção
-  Planos de gestão florestal e cortes de arvoredo

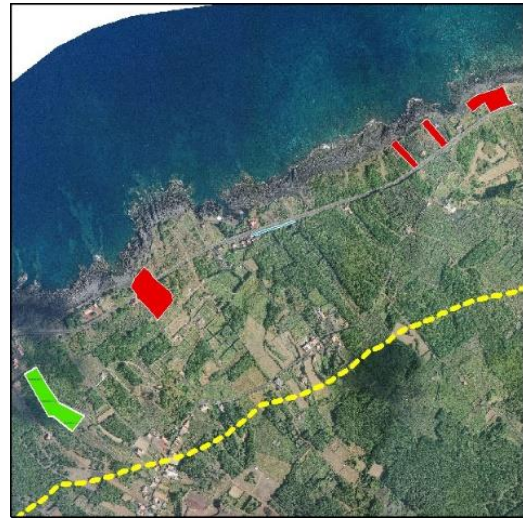
Figura 6. São Roque do Pico/ Santa Luzia e Santo António/ Pé da Areia e Baía do Gasparal





- Área de intervenção
- Edificações
- Empreendimentos turísticos
- Infraestruturas
- Planos de gestão florestal e cortes de arvoredos
- Outros [enxurrada em moradia]

Figura 7. São Roque do Pico/ São Miguel Arcanjo



- Área de intervenção
- Edificações
- Infraestruturas
- Planos de gestão florestal e cortes de arvoredos
- Venda ambulante

Figura 8. Madalena/ Formosinho, Toledos e Loteamento da Formosinha

## 5. Notas conclusivas

Este relatório pretende constituir um contributo à avaliação do POOC Pico, através da análise dos usos e atividades na respetiva área de intervenção, ao longo do último ano. A este trabalho, deverá juntar-se uma análise detalhada dos elementos fundamentais e complementares do Plano, nomeadamente das principais dificuldades de aplicação do regulamento e da respetiva cartografia, de modo a avaliar a eficiência e eficácia do POOC Pico.

A conclusão deste processo de avaliação deverá constituir um elemento de suporte à decisão, designadamente à necessidade de proceder à sua alteração [que reveste um carácter parcial] ou então à sua revisão [que implica a reconsideração e reapreciação global com carácter estrutural das opções estratégicas do plano].

Melânia Rocha | José Furtado | André Medeiros

Janeiro de 2013



## 6. Anexos

Tabela 1. Número de pedidos de parecer inseridos na área de intervenção do POOC Pico, por tipologia, no ano de 2012

Tipologia	N.º de pedidos
Atividades de recreio e lazer e eventos	2
Edificações	43
Empreendimentos turísticos	7
Explorações de inertes	1
Explorações agrícolas	1
Indústria	7
Infraestruturas	18
Loteamentos urbanos	1
Planos de gestão florestal e cortes de arvoredo	16
Requalificação urbana e ambiental	7
Trabalhos de remodelação de terrenos	1
Venda ambulante	2
Zonas balneares	8
Outros	2
<b>Total</b>	<b>116</b>

Tabela 2. Resultado dos pedidos de parecer inseridos na área de intervenção do POOC Pico no ano de 2012

Resultado	N.º de pedidos
Viável	84
Inviável	4
Condicionado	28
<b>Total</b>	<b>116</b>

Tabela 3. Resultado dos pedidos de parecer, por tipologia, inseridos na área de intervenção do POOC Pico no ano de 2012

Tipologia	Viável	Inviável	Condicionado
Atividades de recreio e lazer e eventos	2	0	0
Edificações	30	0	13
Empreendimentos turísticos	3	0	4
Explorações de inertes	1	0	0
Explorações agrícolas	1	0	0
Indústria	4	1	2
Infraestruturas	13	2	3
Loteamentos urbanos	0	0	1
Planos de gestão florestal e cortes de arvoredo	14	1	1
Requalificação urbana e ambiental	6	0	1
Trabalhos de remodelação de terrenos	1	0	0
Venda ambulante	2	0	0
Zonas balneares	6	0	2
Outros	1	0	1
<b>Total</b>	<b>84</b>	<b>4</b>	<b>28</b>





POOC

# PICO

AVALIAÇÃO DOS USOS E ATIVIDADES





## Índice

1. Introdução .....	5
2. Enquadramento legal.....	7
3. Base de Dados Georreferenciada para o Litoral da RAA .....	9
4. Análise dos usos e atividades .....	11
5. Notas conclusivas .....	25
6. Anexos.....	27





## 1. Introdução

O presente documento surge na sequência do primeiro relatório referente à análise da área de intervenção do Plano de Ordenamento da Orla Costeira da Ilha do Pico [POOC Pico] durante o ano de 2012, e tem como principal objetivo proceder a uma atualização da informação, acrescentando àquele ano o período entre janeiro de 2013 e dezembro de 2014.

À semelhança do primeiro relatório, a referida análise incide essencialmente na verificação dos principais usos e atividades que ocorreram na área de intervenção do POOC Pico, o penúltimo plano desta tipologia a ser aprovado na Região [através do Decreto Regulamentar Regional n.º 24/2011/A, de 23 de novembro], com o intuito de perceber a evolução ocorrida ao longo dos anos, desde a sua aprovação no final de 2011 até à atualidade [dezembro de 2014].

Este relatório pretende constituir mais um contributo interno para o processo de avaliação dos planos de ordenamento da orla costeira em vigor nos Açores.



## 2. Enquadramento legal

De acordo com o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial dos Açores [RJIGT.A], aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 35/2012/A, de 16 de agosto, a avaliação e monitorização do ordenamento do território da Região é da responsabilidade do departamento do Governo Regional competente em matéria de ordenamento do território. O referido diploma determina, ainda, que as entidades responsáveis pela elaboração dos instrumentos de gestão territorial promovem a permanente avaliação da adequação e concretização da disciplina consagrada nos mesmos.

Acrescenta-se, ainda, que o próprio diploma de aprovação do POOC Pico, o Decreto Regulamentar Regional n.º 24/2011/A, de 23 de novembro, estipula a necessidade de realização de ações de avaliação e monitorização da sua implementação.

É neste sentido que a Direção Regional do Ambiente [DRA] elaborou o presente documento relativo à atualização dos usos e atividades ocorridos na área de intervenção do POOC Pico até ao final do ano de 2014.





### 3. Base de Dados Georreferenciada para o Litoral da RAA

Tal como o primeiro relatório, a análise dos usos e atividades constante do presente documento teve como principal ferramenta de trabalho a Base de Dados Georreferenciada para o Litoral da Região Autónoma dos Açores [BD\_Litoral], disponível no Sistema de Monitorização do Ordenamento do Território [SMOT], em <http://servicos.srrn.azores.gov.pt/smot/>.

A BD\_Litoral, concebida em 2011, constitui uma base de trabalho de grande utilidade, quer para as questões relacionadas com a avaliação e monitorização do ordenamento do território dos Açores, em particular com a orla costeira das ilhas, quer para a gestão diária da área de intervenção dos planos de ordenamento da orla costeira em vigor na Região, uma vez que constitui um repositório de informação geográfica e alfanumérica relativa aos usos e atividades que aí se realizam.

Tal como referido no separador "Bases de Dados" do SMOT, a BD\_Litoral tem como principal objetivo armazenar e disponibilizar informação relativa aos processos inseridos na área de intervenção dos planos de ordenamento da orla costeira em vigor e que constam do arquivo físico e digital da DRA.

Na Tabela 1, apresentam-se todos os processos constantes da BD\_Litoral, por ilha e por tipologia, desde abril de 2006 [data de criação do Sistema de Gestão de Correspondência da DRA] até dezembro de 2014 [data da última atualização da base de dados].

Importa ressaltar que com a criação da Direção Regional do Assuntos do Mar em 2012, atualmente integrada na Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia, a qual tem também competências na orla costeira, é possível que hajam processos relativos a usos e atividades realizados no litoral das ilhas que não tenham dado entrada na DRA e, como tal, não foram inseridos e contabilizados na BD\_Litoral.

Tabela 1. Processos constantes da BD\_Litoral, por ilha e por tipologia, entre abril de 2006 e dezembro de 2014.

Tipologia de processos   Ilha	COR	FLO	FAI	PIC	SJO	GRA	TER	SMA	SMG		Total
									Costa Sul	Costa Norte	
Atividades de Recreio e Lazer e Eventos	0	0	1	7	1	2	7	19	30	30	97
Avaliação de Impacte Ambiental	0	0	0	0	0	1	0	0	1	1	3
Explorações Agrícolas	0	0	1	2	1	3	9	2	26	15	59
Planos de Gestão Florestal e Cortes de Arvoredo	0	4	3	33	2	0	0	3	22	9	76
Venda Ambulante	0	2	2	20	5	0	1	9	1	9	49
Destques	0	0	1	1	0	1	0	0	11	0	14
Loteamentos Urbanos	0	2	1	9	13	3	6	17	58	48	157
Trabalhos de Remodelação de Terrenos	0	2	0	4	0	0	0	9	31	13	59
Empreendimentos Turísticos	0	4	6	29	15	1	7	5	17	18	102
Edificações	1	32	52	246	155	83	105	150	315	218	1 357
Explorações de Inertes	0	1	3	7	2	2	5	8	4	6	38
Indústria	0	7	30	60	5	27	22	6	59	59	275
Resíduos e Aterros	6	2	6	11	5	4	1	3	1	0	39
Zonas Balneares	0	4	8	59	9	11	43	21	74	52	281
Equipamentos	1	11	0	2	6	1	5	0	13	14	53
Requalificação Urbana e Ambiental	0	7	2	22	4	1	9	0	14	14	73
Infraestruturas	10	13	9	62	22	12	51	40	100	66	385
Outros	0	2	1	11	5	1	2	5	14	17	58
<b>TOTAL</b>	<b>18</b>	<b>93</b>	<b>126</b>	<b>585</b>	<b>250</b>	<b>153</b>	<b>273</b>	<b>297</b>	<b>791</b>	<b>589</b>	<b>3 175</b>

#### 4. Análise dos usos e atividades

Conforme referido, o presente relatório tem como principal objetivo perceber os principais usos e atividades ocorridos na orla costeira da ilha do Pico ao longo dos anos, nomeadamente após a aprovação do POOC, em novembro de 2011, até final de 2014, data limite da recolha de informação.

##### Número de pedidos de parecer inseridos na área de intervenção do POOC Pico

No Gráfico 1 estão representados não só o número de pedidos de parecer solicitados na área de intervenção do POOC Pico no ano de 2012 [valor apresentado no primeiro relatório], como também o número de pedidos de parecer solicitados para a mesma área entre janeiro de 2013 e dezembro de 2014.

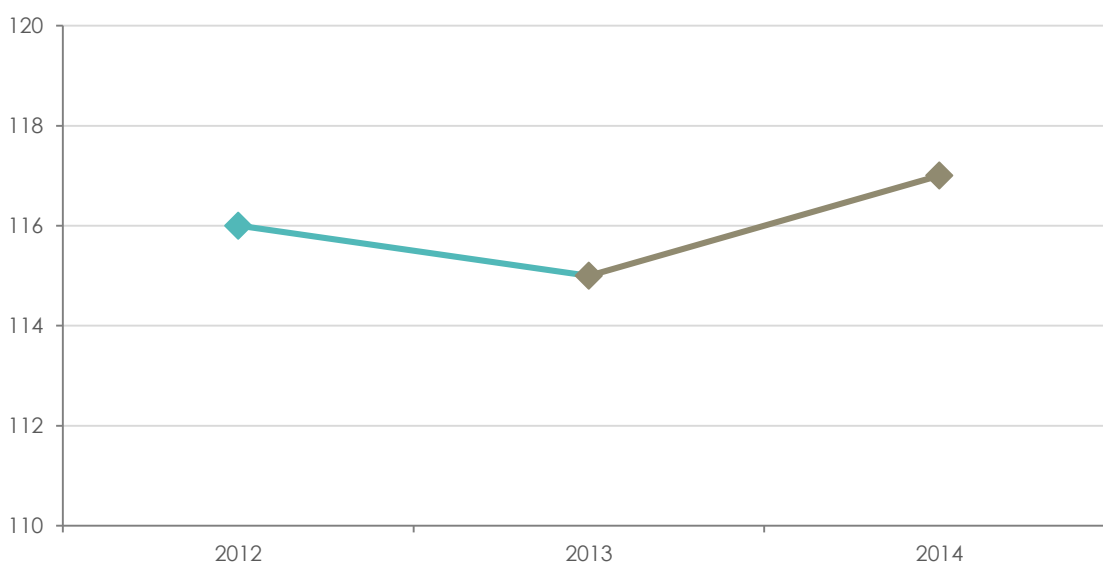


Gráfico 1. Número de pedidos de parecer inseridos na área de intervenção do POOC Pico, entre 2012 e 2014.

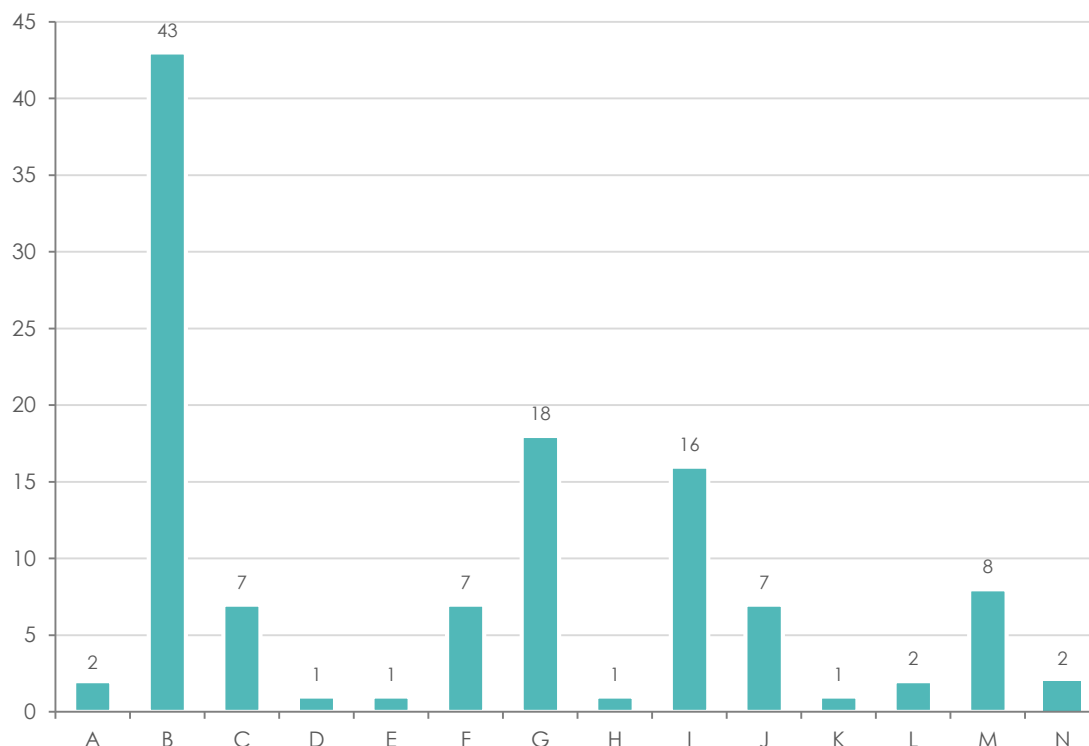
Durante o **ano de 2012**, o primeiro após a aprovação do POOC Pico, deram entrada na DRA 116 pedidos de parecer com incidência na área de intervenção daquele plano especial de ordenamento do território. Por seu turno, e contabilizando os **anos de 2013 e 2014**, verifica-se que deram entrada nesta direção regional 232 pedidos de parecer com abrangência na orla costeira da ilha do Pico, sendo que o número de solicitações foi muito semelhante em cada um dos anos, 115 pedidos de parecer em 2013 e 117 pedidos de parecer em 2014.

### **Tipologia dos pedidos de parecer inseridos na área de intervenção do POOC Pico**

Analisando agora a tipologia dos processos que deram entrada na DRA no **ano de 2012** [Gráfico 2], verifica-se que a grande maioria corresponde a “edificações” [43]. Por oposição, as tipologias menos solicitadas naquele ano dizem respeito a “explorações de inertes”, “explorações agrícolas”, “loteamentos urbanos” e “trabalhos de remodelação de terrenos” [1 pedido de parecer cada] e “atividades de recreio e lazer e eventos”, “venda ambulante” e “outros” [2 pedidos de parecer cada].

Relativamente às restantes tipologias, verifica-se que foram solicitados no ano em análise 18 pedidos de parecer no âmbito das “infraestruturas”, 16 pedidos de parecer no âmbito dos “planos de gestão florestal e cortes de arvoredo”, 8 pedidos de parecer no âmbito das “zonas balneares” e 7 pedidos de parecer no âmbitos de cada uma das seguintes tipologias: “empreendimentos turísticos”, “indústria” e “requalificação urbana e ambiental”.

No caso concreto da tipologia de parecer mais solicitada, as “edificações”, há a salientar pedidos de construção (incluindo casas de veraneio), reconstrução, conservação, ampliação, demolição e recuperação de moradias, de construção de garagens, armazéns, edifícios de apoio e alpendres, bem como pedidos de construção, recuperação e ampliação de adegas.



- |   |   |
|---|---|
| A - Atividades de recreio e lazer e eventos | H - Loteamentos urbanos                             |
| B - Edificações                             | I - Planos de gestão florestal e cortes de arvoredo |
| C - Empreendimentos turísticos              | J - Requalificação urbana e ambiental               |
| D - Explorações de inertes                  | K - Trabalhos de remodelação de terrenos            |
| E - Explorações agrícolas                   | L - Venda ambulante                                 |
| F - Indústria                               | M - Zonas balneares                                 |
| G - Infraestruturas                         | N - Outros  |

Gráfico 2. Número de pedidos de parecer inseridos na área de intervenção do POOC Pico, por tipologia, no ano de 2012.

De acordo com o Gráfico 3, **entre janeiro de 2013 e dezembro de 2014**, foram também as “edificações” a tipologia de parecer mais solicitada [123], desta vez com um maior diferencial relativamente às restantes tipologias. É o caso das “atividades de recreio e lazer e eventos”, das “explorações de inertes” e dos “equipamentos”, que naqueles dois anos registaram apenas 1 pedido de parecer cada. Os “trabalhos de remodelação de terrenos” registaram 2 pedidos de parecer [1 em cada ano] e a “requalificação urbana e ambiental” e os “resíduos e aterros” registaram 3 pedidos de parecer cada. No que concerne à “venda ambulante”, foram efetuadas 4 solicitações e em termos de “loteamentos urbanos” e “outros” registaram-se 5 pedidos de parecer em

cada tipologia.

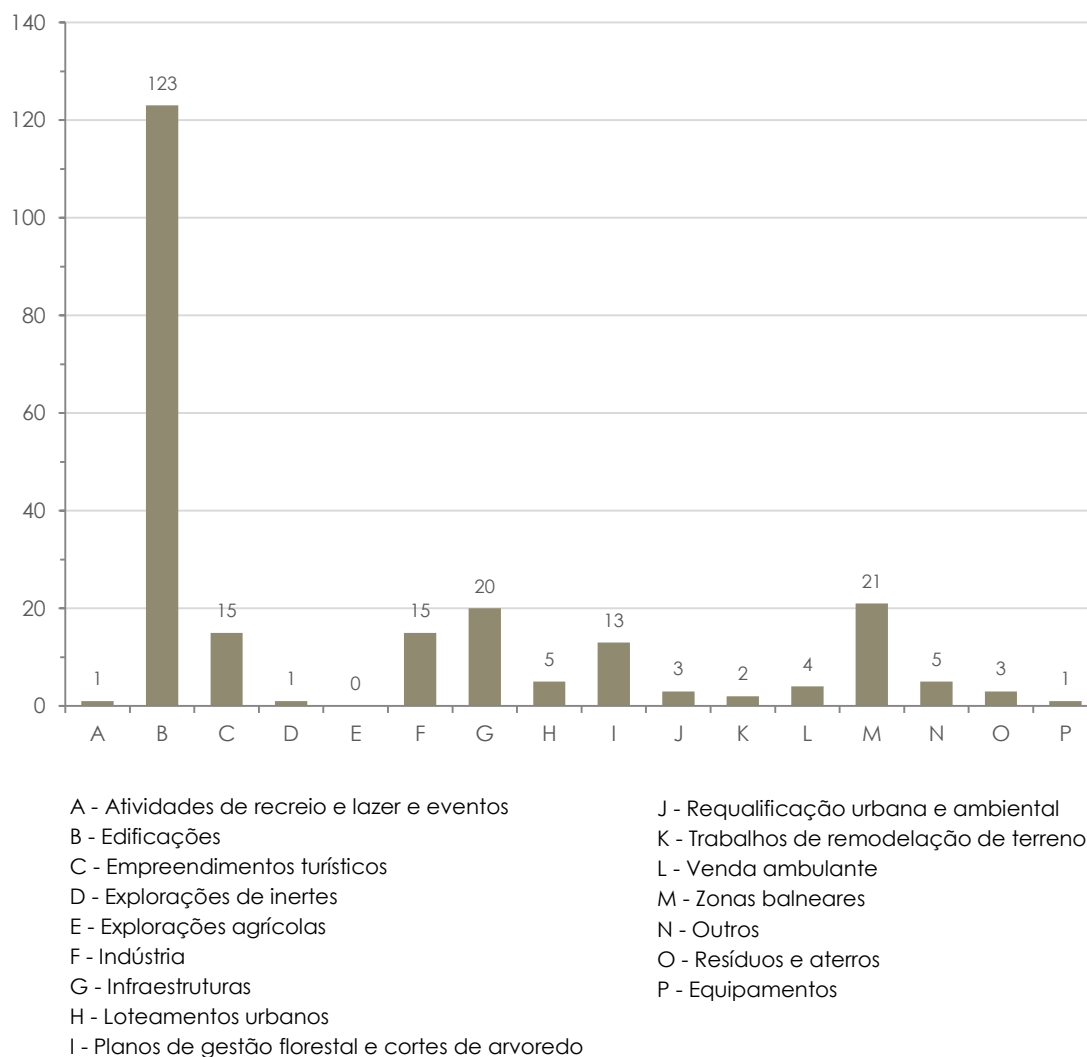


Gráfico 3. Número de pedidos de parecer inseridos na área de intervenção do POOC Pico, por tipologia, entre janeiro de 2013 e dezembro de 2014.

Para além disso, nos anos de 2013 e 2014 foram solicitados 13 pedidos de parecer relativos a “planos de gestão florestal e cortes de arvoredo” e 15 pedidos para cada umas das seguintes tipologias: “empreendimentos turísticos” e “indústria”. Já no âmbito das “infraestruturas” registaram-se 20 pedidos de parecer e para a tipologia de “zonas balneares” registaram-se 21 pedidos de parecer.



## Resultado dos pedidos de parecer inseridos na área de intervenção do POOC Pico

Em termos de resultado dos pedidos de parecer efetuados, verifica-se, conforme apresentado no Gráfico 4 que no **ano de 2012**, a grande maioria dos pareceres emitidos pela DRA na área de intervenção do POOC Pico foi positiva [84], tendo 28 processos sido condicionados e apenas 4 sido inviabilizados e que corresponderam às tipologias "infraestruturas", "indústria" e "planos de gestão florestal e cortes de arvoredo".

No caso dos 2 processos relativos à tipologia "infraestruturas", salienta-se que a inviabilização de um deles se prendeu com a falta de disponibilidade financeira da DRA para proceder à recuperação e construção de um muro e a inviabilização do outro teve a ver com o facto de o pedido de autorização para ampliação de infraestruturas de comunicações eletrónicas estar relacionado com uma moradia ilegal.

Já o único processo inviabilizado na tipologia "indústria" teve como entendimento a não autorização da descarga de efluentes no subsolo, sem qualquer tratamento no âmbito da desativação da ETAR de uma unidade industrial de leite e derivados.

Por fim, e no que respeita ao processo inviabilizado no âmbito da tipologia "planos de gestão florestal e cortes de arvoredo", salienta-se que o pedido de autorização para corte de arvoredo não foi autorizado por se tratar de espécies com estatuto de proteção e pelo impacte negativo que iria criar sobre a perenidade dessa espécie e sobre o equilíbrio natural do local.

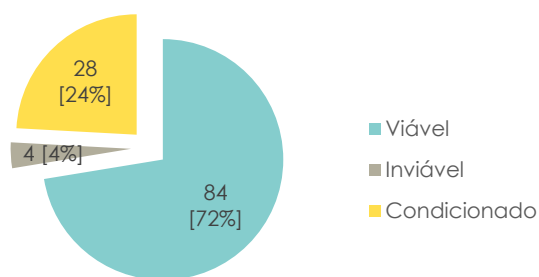


Gráfico 4. Resultado de pedidos de parecer inseridos na área de intervenção do POOC Pico no ano de 2012.

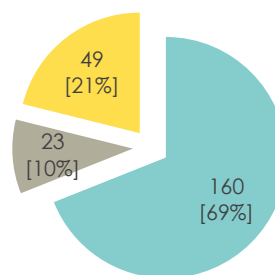


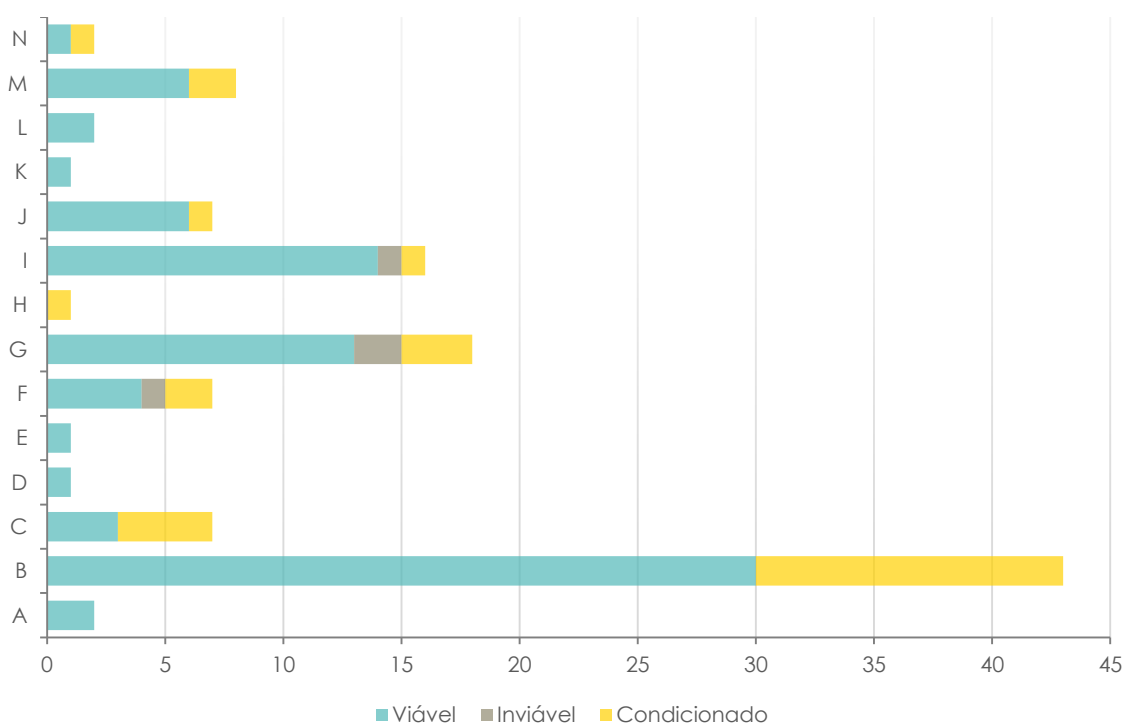
Gráfico 5. Resultado de pedidos de parecer inseridos na área de intervenção do POOC Pico, entre janeiro de 2013 e dezembro de 2014.

**Entre janeiro de 2013 e dezembro de 2014** verifica-se que, de acordo com o constante no Gráfico 5, também a grande maioria dos pareceres emitidos pela DRA na área de intervenção do POOC Pico foi positiva [160], tendo 49 processos sido condicionados. Considerando as regras definidas no Plano, no período em análise, foram inviabilizados 23 pedidos de parecer que corresponderam, essencialmente, a “edificações”, a tipologia de parecer mais solicitada.

A título de exemplo, salienta-se a inviabilização de diversos pedidos de construção de moradias, casas de veraneio, adegas e edifícios para arrumos localizados em outras áreas naturais e culturais e em áreas de especial interesse natural, cultural e paisagístico definidas no POOC, bem como em áreas afetadas à reserva ecológica, onde não são permitidas novas construções. Destaca-se, também, um pedido de reconstrução de moradia numa área edificada em zona de risco definida no Plano e que não deve ser novamente ocupada e, ainda, pedidos de licenciamento de obras particulares por ultrapassarem a capacidade construtiva das parcelas. Há, também, a inviabilização de pedidos de construção de edificações por não estarem reunidas as condições para a emissão de licença de descarga de águas residuais ou para a emissão de título de utilização dos recursos hídricos.

Se completarmos a informação apresentada nos gráficos anteriores com a informação constante do Gráfico 6 verifica-se que no **ano de 2012**, os pedidos relativos às tipologias “atividades de recreio e lazer e eventos”, “explorações de inertes”, “explorações agrícolas”, “trabalhos de remodelação de terrenos” e

“venda ambulante” foram todos viabilizados. Por seu turno, dos 18 pedidos de parecer à tipologia “infraestruturas”, 13 foram viabilizados, 3 foram condicionados e 2 foram inviabilizados. Dos 16 pedidos de parecer que deram entrada na DRA relativamente à tipologia “planos de gestão florestal e corte de arvoredo”, 14 foram positivos, 1 foi condicionado e outro foi inviabilizado e dos 7 pedidos de parecer referente à tipologia “indústria”, 4 foram positivos, 2 foram condicionados e 1 foi negativo.

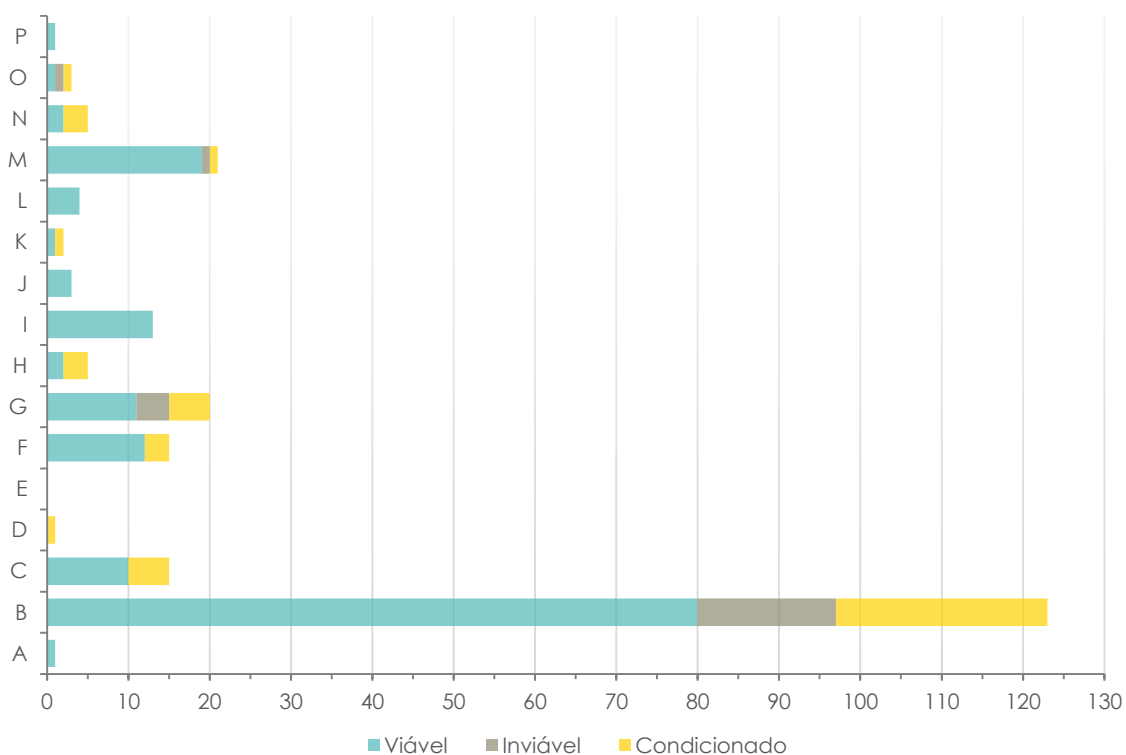


- |   |   |
|---|---|
| A - Atividades de recreio e lazer e eventos | H - Loteamentos urbanos                             |
| B - Edificações                             | I - Planos de gestão florestal e cortes de arvoredo |
| C - Empreendimentos turísticos              | J - Requalificação urbana e ambiental               |
| D - Explorações de inertes                  | K - Trabalhos de remodelação de terrenos            |
| E - Explorações agrícolas                   | L - Venda ambulante                                 |
| F - Indústria                               | M - Zonas balneares                                 |
| G - Infraestruturas                         | N - Outros  |

Gráfico 6. Resultado de pedidos de parecer, por tipologia, inseridos na área de intervenção do POOC Pico no ano de 2012.

Relativamente às restantes tipologias, destacam-se as “edificações” com 30 pedidos de parecer viabilizados e 13 condicionados, os “empreendimentos turísticos” com 3 pedidos de parecer positivos e 4 condicionados, a

“requalificação urbana e ambiental” com 6 pedidos de parecer viabilizados e 1 condicionado, as “zonas balneares” também com 6 pedidos de parecer viabilizados e 2 condicionados e “outros” com 1 pedido de parecer positivo e outro condicionado. Por último, referem-se os “loteamentos urbanos” com o seu único pedido de parecer condicionado.



- |   |  |
|---|--|
| A - Atividades de recreio e lazer e eventos         | J - Requalificação urbana e ambiental    |
| B - Edificações                                     | K - Trabalhos de remodelação de terrenos |
| C - Empreendimentos turísticos                      | L - Venda ambulante                      |
| D - Explorações de inertes                          | M - Zonas balneares                      |
| E - Explorações agrícolas                           | N - Outros                               |
| F - Indústria                                       | O - Resíduos e aterros                   |
| G - Infraestruturas                                 | P - Equipamentos                         |
| H - Loteamentos urbanos                             |  |
| I - Planos de gestão florestal e cortes de arvoredo |  |

Gráfico 7. Resultado de pedidos de parecer, por tipologia, inseridos na área de intervenção do POOC Pico, entre janeiro de 2013 e dezembro de 2014.

Acrescenta-se que, de acordo com o Gráfico 7, **entre janeiro de 2013 e dezembro de 2014**, os pedidos relativos às tipologias “atividades de recreio e lazer e eventos”, “planos de gestão florestal e corte de arvoredo”,

“requalificação urbana e ambiental”, “venda ambulante” e “equipamentos” foram todos viabilizados. Por seu turno, o único pedido de “explorações de inertes” foi condicionado.

Em relação às restantes tipologias, salienta-se que dos 123 pedidos de parecer às “edificações”, 80 foram viáveis, 26 foram condicionados e 17 foram inviáveis e das 21 solicitações relativas às “zonas balneares”, 19 foram positivas, 1 foi condicionada e outra foi negativa. No que concerne às “infraestruturas”, 11 pedidos de parecer foram viabilizados, 5 foram condicionados e 4 foram inviabilizados e relativamente à “indústria”, 12 pedidos de parecer foram positivos e 3 foram condicionados. Julga-se, também, de salientar os “empreendimentos turísticos” com 10 pedidos de parecer viáveis e 5 condicionados.

Tal como já referido no primeiro relatório, em momento anterior à aprovação do POOC Pico, de acordo com a BD\_Litoral e respetiva Tabela 2, entre abril de 2006 [data de criação do Sistema de Gestão de Correspondência da DRA] e dezembro de 2011, deram entrada na DRA 237 pedidos de parecer.

As tipologias de parecer mais solicitadas nesses cinco anos foram as “edificações” [80], a “indústria” [38], as “zonas balneares” [30] e as “infraestruturas” [24]. Por oposição, as tipologias menos solicitadas foram os “destaques”, os “equipamentos”, as “explorações agrícolas” e os “trabalhos de remodelação de terrenos” [cada uma com apenas 1 pedido de parecer], bem como os “loteamentos urbanos” [3], as “atividades de recreio e lazer e eventos”, os “planos de gestão florestal e corte de arvoredo” e os “outros”, com 4 pedidos de parecer cada, e as “explorações de inertes” [5].

Para além disso, salienta-se a “venda ambulante” com 14 pedidos de parecer, a “requalificação urbana e ambiental” com 12, os “resíduos e aterros” com 8 e os “empreendimentos turísticos” com 7 solicitações.

Acrescenta-se, ainda, também de acordo com a Tabela 2, que até à aprovação do POOC Pico a maioria dos pedidos de parecer foram viabilizados [126], tendo sido condicionados 85 processos e inviabilizados 26 pedidos de parecer no litoral da ilha do Pico.

No que concerne à tipologia de parecer mais solicitada, as “edificações”, verifica-se que antes da entrada em vigor do POOC Pico, 43 pedidos de parecer foram positivos, 19 foram condicionados e 18 foram inviabilizados. Destes últimos, destacam-se diversos pedidos de construção de moradias em área de domínio público marítimo e em área de reserva e ecológica. Para além disso, foram indeferidos pedidos de construção de adegas em área com existência de flora protegida e, ainda, pedidos de construção de moradias que não se enquadram nos pressupostos e regras urbanísticas definidas na proposta do POOC Pico, embora esta ainda não estivesse em vigor.

Tabela 2. Pedidos de parecer, por tipologia, na ilha do Pico, entre abril de 2006 e dezembro de 2011.

Tipologia de processos	Viável	Inviável	Condicionado	TOTAL
Atividades de Recreio e Lazer e Eventos	4	-	-	4
Avaliação de Impacte Ambiental	-	-	-	0
Explorações Agrícolas	-	-	1	1
Planos de Gestão Florestal e Cortes de Arvoredo	2	-	2	4
Venda Ambulante	13	-	1	14
Destaques	-	-	1	1
Loteamentos Urbanos	1	2	-	3
Trabalhos de Remodelação de Terrenos	-	-	1	1
Empreendimentos Turísticos	4	1	2	7
Edificações	43	18	19	80
Explorações de Inertes	1	1	3	5
Indústria	16	-	22	38
Resíduos e Aterros	3	1	4	8
Zonas Balneares	24	-	6	30
Equipamentos	-	-	1	1
Requalificação Urbana e Ambiental	5	1	6	12
Infraestruturas	10	2	12	24
Outros	-	-	4	4
<b>TOTAL</b>	<b>126</b>	<b>26</b>	<b>85</b>	<b>237</b>

## Espacialização dos pedidos de parecer inseridos na área de intervenção do POOC Pico

Nas figuras 1 a 6 é possível observar a localização de alguns dos pedidos de parecer com incidência na área de intervenção do POOC Pico e que deram entrada na DRA no **ano de 2012**.



- Área de intervenção
- Edificações
- Infraestruturas
- Requalificação urbana e ambiental
- Indústria

Figura 1. Madalena



- Área de intervenção
- Empreendimentos turísticos
- Infraestruturas
- Planos de gestão florestal e cortes de arvoredo
- Venda ambulante

Figura 2. Madalena/ Candelária/ Pocinho





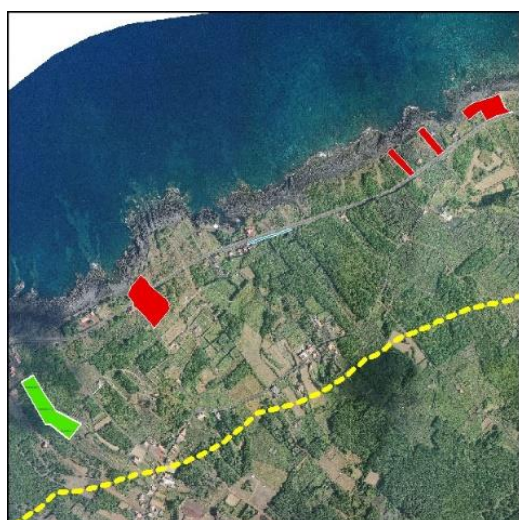
- Área de intervenção
- Atividades de recreio e lazer e eventos
- Exploração de inertes
- Requalificação urbana e ambiental
- Zonas balneares

Figura 3. Madalena/ São Caetano



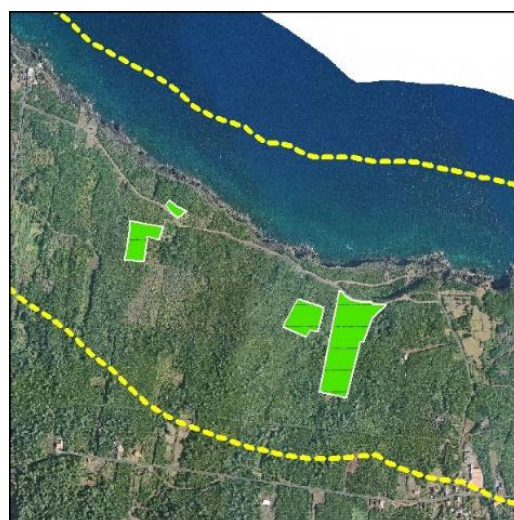
- Área de intervenção
- Trabalhos de remodelação de terrenos

Figura 4. Lajes do Pico/ Ribeiras/ Ribeira Grande



- Área de intervenção
- Edificações
- Infraestruturas
- Planos de gestão florestal e cortes de arvoredos
- Venda ambulante

Figura 5. Madalena/ Formosinho, Toledos e Loteamento da Formosinha



- Área de intervenção
- Planos de gestão florestal e cortes de arvoredos

Figura 6. São Roque do Pico/ Santa Luzia e Santo António/ Pé da Areia e Baía do Gasparal



Por seu turno, nas figuras 7 a 10 é possível observar a localização de alguns dos pedidos de parecer com incidência na área de intervenção do POOC Pico e que deram entrada na DRA entre **janeiro de 2013 e dezembro de 2014**.



- Edificações
- Infraestruturas

Figura 7. São Roque do Pico/ Santa Luzia/ Cabrito



- Edificações
- ▨ Empreendimentos turísticos
- Infraestruturas

Figura 8. São Roque do Pico



- Área de intervenção
- Empreendimentos turísticos

Figura 9. Lajes do Pico/ Piedade/ Ponta da Baleia



- Zonas balneares

Figura 10. São Roque do Pico/ São Roque do Pico/ Ilhéu do Bufo



## 5. Notas conclusivas

Este relatório pretende constituir mais um contributo à avaliação do POOC Pico, através da atualização da informação relativa à análise dos usos e atividades na respetiva área de intervenção. Tal como já mencionado no primeiro relatório, datado de janeiro de 2013, a este trabalho, deverá juntar-se uma análise detalhada dos elementos fundamentais e complementares do Plano, nomeadamente das principais dificuldades de aplicação do regulamento e da respetiva cartografia, de modo a avaliar a eficiência e eficácia do POOC Pico.

A conclusão deste processo de avaliação deverá constituir um elemento de suporte à decisão, designadamente à necessidade de proceder à sua alteração [que reveste um carácter parcial] ou então à sua revisão [que implica a reconsideração e reapreciação global com carácter estrutural das opções estratégicas do plano].

Rui Monteiro

Melânia Rocha | José Furtado | André Medeiros | Elsa Meira

Janeiro de 2015



## 6. Anexos

Tabela 1. Número de pedidos de parecer inseridos na área de intervenção do POOC Pico, entre janeiro de 2012 e dezembro de 2014

Ano	N.º de pedidos
2012	116
2013	115
2014	117
<b>Total</b>	<b>348</b>

Tabela 2. Número de pedidos de parecer inseridos na área de intervenção do POOC Pico, por tipologia, entre janeiro de 2012 e dezembro de 2014

Tipologia	N.º de pedidos 2012	N.º de pedidos 2013 - 2014
Atividades de recreio e lazer e eventos	2	1
Edificações	43	123
Empreendimentos turísticos	7	15
Explorações de inertes	1	1
Explorações agrícolas	1	0
Indústria	7	15
Infraestruturas	18	20
Loteamentos urbanos	1	5
Planos de gestão florestal e cortes de arvoredo	16	13
Requalificação urbana e ambiental	7	3
Trabalhos de remodelação de terrenos	1	2
Venda ambulante	2	4
Zonas balneares	8	21
Outros	2	5
Resíduos e aterros	0	3
Equipamentos	0	1
<b>Total</b>	<b>116</b>	<b>232</b>

Tabela 3. Resultado de pedidos de parecer inseridos na área de intervenção do POOC Pico, entre janeiro de 2012 e dezembro de 2014

Resultado	N.º de pedidos 2012	N.º de pedidos 2013 - 2014
Viável	84	160
Inviável	4	23
Condicionado	28	49
<b>Total</b>	<b>116</b>	<b>232</b>

Tabela 4. Resultado dos pedidos de parecer, por tipologia, inseridos na área de intervenção do POOC Pico, entre janeiro de 2012 e dezembro de 2014

Tipologia	N.º de pedidos 2012			N.º de pedidos 2013 - 2014		
	Via.	Inv.	Con.	Via.	Inv.	Con.
Atividades de recreio e lazer e eventos	2	0	0	1	0	0
Edificações	30	0	13	80	17	26
Empreendimentos turísticos	3	0	4	10	0	5
Explorações de inertes	1	0	0	0	0	1
Explorações agrícolas	1	0	0	0	0	0
Indústria	4	1	2	12	0	3
Infraestruturas	13	2	3	11	4	5
Loteamentos urbanos	0	0	1	2	0	3
Planos de gestão florestal e cortes de arvoredo	14	1	1	13	0	0
Requalificação urbana e ambiental	6	0	1	3	0	0
Trabalhos de remodelação de terrenos	1	0	0	1	0	1
Venda ambulante	2	0	0	4	0	0
Zonas balneares	6	0	2	19	1	1
Outros	1	0	1	2	0	3
Resíduos e aterros	0	0	0	1	1	1
Equipamentos	0	0	0	1	0	0
<b>Total</b>		<b>116</b>			<b>232</b>	



